

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização – Itabrasco em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, as receitas da Sociedade estão concentradas com seu acionista Vale S.A.. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

8. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração apresentada de forma suplementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

9. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 24 de março de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-14428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC-RJ-064887/O-8

**Companhia Ítalo-Brasileira
de Pelotização - Itabrasco**

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

Ativo	Notas	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	175.742	90.835	Fornecedores			
Contas a receber – Partes relacionadas	8	1.520	1.842	Partes relacionadas	8	94	78
Outros ativos		<u>472</u>	<u>719</u>	Terceiros		2.570	824
		<u>177.734</u>	<u>93.396</u>	Dividendos propostos	14(b)	61.205	6.176
				Tributos a pagar	12	19.988	6.500
				Outros passivos		<u>315</u>	<u>65</u>
Não circulante						<u>84.172</u>	<u>13.643</u>
Depósitos judiciais	13	57.039	74.313	Não circulante			
Tributos diferidos	11(a)	<u>763</u>	<u>9.449</u>	Provisão para contingências	13	3.731	59.168
		<u>57.802</u>	<u>83.762</u>	Outras provisões		-	2.006
Imobilizado	9	170.280	172.889			<u>3.731</u>	<u>61.174</u>
Intangível	10	<u>-</u>	<u>4</u>	Patrimônio líquido	14		
		<u>228.082</u>	<u>256.655</u>	Capital social		133.790	133.790
				Reserva de lucros		<u>184.123</u>	<u>141.444</u>
						<u>317.913</u>	<u>275.234</u>
Total do ativo		<u>405.816</u>	<u>350.051</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>405.816</u>	<u>350.051</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações do capital social

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita líquida de arrendamento	16	125.905	53.439
Custo do arrendamento		<u>(22.353)</u>	<u>(26.552)</u>
Lucro bruto		<u>103.552</u>	<u>26.887</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(6.053)	(694)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	<u>58.515</u>	<u>(1.310)</u>
		<u>52.462</u>	<u>(2.004)</u>
Lucro operacional		<u>156.014</u>	<u>24.883</u>
Resultado financeiro	18		
Despesas financeiras		(857)	(7.385)
Receitas financeiras		<u>11.396</u>	<u>11.361</u>
		<u>10.539</u>	<u>3.976</u>
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social		<u>166.553</u>	<u>28.859</u>
Imposto de renda e contribuição social	11		
Corrente		(35.457)	(11.264)
Diferido		<u>(8.686)</u>	<u>7.107</u>
		<u>(44.143)</u>	<u>(4.157)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>122.410</u>	<u>24.702</u>
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social – básico e diluído - em reais		<u>86,30</u>	<u>17,41</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Companhia Ítalo-Brasileira
de Pelotização - Itabrasco**

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro Líquido do exercício	122.410	24.702
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>122.410</u>	<u>24.702</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Companhia Ítalo-Brasileira
de Pelotização - Itabasco**

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva de dividendos adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2013	133.790	26.759	80.023	8.068	-	248.640
Reversão de dividendo mínimo obrigatório de 2012 (AGO 29 de abril de 2013)	-	-	8.068	-	-	8.068
Destinação de reserva (AGO 29 de abril de 2013)	-	-	8.068	(8.068)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	24.702	24.702
Destinação do lucro:						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(6.176)	(6.176)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	6.176	(6.176)	-
Reserva para investimentos	-	-	12.350	-	(12.350)	-
Em 31 de dezembro de 2013	133.790	26.759	108.509	6.176	-	275.234
Destinação de reservas (AGO 15 de abril de 2014)	-	-	(12.350)	(6.176)	-	(18.526)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	122.410	122.410
Destinação do lucro:						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(61.205)	(61.205)
Reserva para investimentos	-	-	61.205	-	(61.205)	-
Em 31 de dezembro de 2014	133.790	26.759	157.364	-	-	317.913

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Companhia Ítalo-Brasileira
de Pelotização - Itabasco**

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	166.553	28.859
Ajustes		
Depreciação e amortização	24.329	28.925
Baixa de bens do ativo imobilizado	75	13
Provisão para contingências	(56.076)	(242)
Reversão de outras provisões	(2.006)	(939)
Provisão para perda com ICMS	(463)	-
Variações monetárias e cambiais s/ contingências e depósitos judiciais	(3.519)	(1.380)
	<u>128.893</u>	<u>55.236</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	322	(1.842)
Tributos a recuperar	765	(712)
Depósitos judiciais	21.432	1.954
Outros ativos	(55)	1
Fornecedores	1.762	(4.344)
Tributos a pagar	(958)	(810)
Outros passivos	250	(116)
	<u>152.411</u>	<u>49.367</u>
Caixa proveniente das operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.011)	(10.227)
	<u>131.400</u>	<u>39.140</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(21.791)	(14.664)
	<u>(21.791)</u>	<u>(14.664)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(24.702)	-
	<u>(24.702)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido usado nas das atividades de financiamento		
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa no exercício	84.907	24.476
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	90.835	66.359
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>175.742</u>	<u>90.835</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Companhia Ítalo-Brasileira
de Pelotização - Itabrasco**

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas		
Receita bruta de arrendamento	138.738	58.942
Outras receitas (despesas)	<u>56.837</u>	<u>773</u>
Valor adicionado bruto	<u>195.575</u>	<u>59.715</u>
Depreciação e amortização	<u>(24.329)</u>	<u>(28.925)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade	<u>171.246</u>	<u>30.790</u>
Valor recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>11.396</u>	<u>11.361</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>182.642</u>	<u>42.151</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Honorário de diretoria	-	7
Plano de aposentadoria e pensão	<u>421</u>	<u>396</u>
	<u>421</u>	<u>403</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais - corrente	50.268	16.767
Federais - diferido	8.686	(7.107)
Municipais	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>58.954</u>	<u>9.661</u>
Financiadores		
Juros, variações monetárias e cambiais	<u>857</u>	<u>7.385</u>
Acionistas		
Dividendos	61.205	6.176
Lucros retidos	<u>61.205</u>	<u>18.526</u>
	<u>122.410</u>	<u>24.702</u>
Valor adicionado distribuído	<u>182.642</u>	<u>42.151</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Sociedade Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO (a "Sociedade") é uma sociedade anônima de direito privado, tem sede e planta industrial em Vitória - ES, constituída em 1973 mediante a associação da Vale S.A. ("Vale") e da ILVA Commerciale S.r.l. ("ILVA") que em conjunto controlam a Sociedade. Suas atividades compreendem a produção e comercialização de pelotas de minério de ferro, cujas vendas são destinadas aos acionistas.

Em 21 de outubro de 2008 a Sociedade celebrou com seu acionista Vale contrato de arrendamento operacional da sua usina de pelotização, vigorando a partir da data da sua assinatura. Este contrato tem o objetivo de gerar ganhos de sinergia com as usinas de pelotização já administradas pela Vale.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 27 de março de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e, também, sua moeda de apresentação.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, a Sociedade somente possuía ativos financeiros classificados sob a categoria empréstimos e recebíveis.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem "Contas a receber", "Depósitos judiciais", "Fornecedores" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis e depósitos judiciais são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Sociedade avalia no final de cada período das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Sociedade, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Sociedade avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não havia evidência objetiva de *impairment* nos ativos financeiros da Sociedade.

2.5 Contas a receber e partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas correspondem aos valores a receber da Vale relacionados à receita de arrendamento no curso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Ativos intangíveis - Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *software* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.7 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Tempo estimado de vida útil
Edificações	33 anos
Instalações e sistemas operacionais	10 a 50 anos
Equipamentos autônomos	5 a 30 anos
Outros	10 anos

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Em 2014 e 2013, a administração não identificou qualquer evento ou circunstância que indicasse que o valor contábil não será recuperável.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas

As contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.12 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.13 Reconhecimento da receita

(a) Receita de arrendamentos

Arrendamentos mercantis para os quais a Sociedade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo arrendamento da usina à Vale, sendo apropriada mensalmente ao resultado e na medida em que:

- os custos relacionados a esse arrendamento possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurada com segurança; e
- seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, da Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Sociedade ao final do exercício, com base no estatuto social da Sociedade.

2.15 Benefícios a empregados - Obrigações de aposentadoria

A Sociedade possui somente planos de contribuição definida. Para esses planos, a Sociedade paga contribuições a plano de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Sociedade não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

2.16 Pronunciamentos contábeis

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Sociedade estão abaixo apresentadas. A Sociedade pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pelo CFC.

IFRS 9 *Financial instruments* - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9 – *Financial instruments*, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement*. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Sociedade está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization – Em maio de 2014 o IASB emitiu atualizações aos pronunciamentos IAS 16 – Property, Plant and Equipment e IAS 38 – Intangible Assets, estabelecendo como métodos aceitáveis de depreciação e amortização de ativos o padrão esperado de consumo dos futuros benefícios econômicos de um ativo. O IASB esclarece que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo e também para medir o consumo dos benefícios econômicos incorporados a um ativo intangível, não são apropriados. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e a Sociedade está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização nas demonstrações contábeis.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* – Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 – Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes (exceto para os contratos que estão dentro do âmbito das normas de contrato de lease, contratos de seguros e instrumentos financeiros), e substituiu os atuais pronunciamentos IAS 18 – Revenue, o IAS 11 – Construction contracts e as interpretações relacionadas ao reconhecimento de receitas. O princípio deste fundamento para o reconhecimento de receita, é o de descrever a transferência a clientes, dos bens ou serviços em valores que reflitam o pagamento ao qual se tem o direito na troca desses bens ou serviços. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2017 e a Sociedade está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, são:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade está sujeita ao pagamento de imposto de renda de acordo com a legislação brasileira. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Vida útil dos ativos

A Sociedade reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A constituição de provisão para contingências é determinada com base nos prognósticos de perda dos consultores jurídicos da Sociedade, os quais são avaliados e definidos pela administração.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. A Sociedade trabalha com instituições financeiras de acordo com avaliação por empresa de "rating" e somente opera com instituições "AAA".

Quanto o contas a receber o risco de crédito é restrito a Vale.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Sociedade, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais

O excesso de caixa mantido pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A Sociedade não contratou instrumentos financeiros derivativos nos períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos sócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Sociedade pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Sociedade para instrumentos financeiros similares.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	
	2014	2013
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	175.742	90.835
Contas a receber – parte relacionada	1.520	1.842
Depósitos judiciais	57.039	74.313
	<u>234.301</u>	<u>166.990</u>
	Outros passivos financeiros	
	2014	2013
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.979	967

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e bancos	18.656	360
Aplicações financeiras	157.086	90.475
	<u>175.742</u>	<u>90.835</u>

As aplicações financeiras estão representadas basicamente por quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade em 2014 de 10,86% (8,10% em 2013). Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

7 Contas a receber

O saldo de recebíveis em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é composto por contas a receber da Vale relacionadas ao arrendamento operacional, conforme nota explicativa nº 1.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Transações com parte relacionada

(a) Transações e saldos

	Ativo		Passivo		Receita	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Vale	<u>1.520</u>	<u>1.842</u>	<u>94</u>	<u>78</u>	<u>125.905</u>	<u>53.439</u>

Todas operações com partes relacionadas estão formalizadas por meio de contratos celebrados entre as partes.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

As informações apresentadas incluem as bases referentes a diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Honorários da diretoria	<u>-</u>	<u>7</u>

Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Imobilizado

	Instalações e sistemas operacionais	Equipamentos autônomos	Outros	Total em operação	Imobilizado em curso	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	149.063	8.194	20	157.277	29.879	187.156
Aquisição	-	-	-	-	14.664	14.664
Transferência	5.572	9.783	-	15.355	(15.355)	-
Baixa	-	(1)	(12)	(13)	-	(13)
Depreciação	(27.709)	(1.207)	(2)	(28.918)	-	(28.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>126.926</u>	<u>16.769</u>	<u>6</u>	<u>143.701</u>	<u>29.188</u>	<u>172.889</u>
Custo total	465.100	20.431	262	485.793	29.188	514.981
Depreciação acumulada	(338.174)	(3.662)	(256)	(342.092)	-	(342.092)
Valor residual	<u>126.926</u>	<u>16.769</u>	<u>6</u>	<u>143.701</u>	<u>29.188</u>	<u>172.889</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2014	-	-	-	-	21.791	21.791
Aquisição	-	-	-	-	(8.005)	-
Transferência	6.427	1.242	336	8.005	(75)	(75)
Baixa	-	-	-	-	-	(75)
Depreciação	(22.337)	(1.986)	(2)	(24.325)	-	(24.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>111.016</u>	<u>16.025</u>	<u>340</u>	<u>127.381</u>	<u>42.899</u>	<u>170.280</u>
Custo total	471.527	21.673	598	493.798	42.899	536.697
Depreciação acumulada	(360.511)	(5.648)	(258)	(366.417)	-	(366.417)
Valor residual	<u>111.016</u>	<u>16.025</u>	<u>340</u>	<u>127.381</u>	<u>42.899</u>	<u>170.280</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No ano de 2014, o montante de R\$ 24.325 (2013 - R\$ 28.918), de depreciação, foi classificado como custo de arrendamento.

10 Intangível

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Software	36	36
Amortização acumulada	<u>(36)</u>	<u>(32)</u>
	<u>-</u>	<u>4</u>

11 Imposto renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores constantes no ativo não circulante, na linha de "Tributos diferidos" são correspondentes a imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de diferença temporárias sobre provisões de contingências, e outros.

	<u>Base</u>		<u>Alíquota</u>	<u>IR e CS diferidos</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>		<u>2014</u>	<u>2013</u>
Diferenças temporárias s/ provisões	6.386	28.309	34%	2.172	9.625
Diferenças temporárias s/ atualização de depósitos judiciais	<u>(4.144)</u>	<u>(518)</u>	34%	<u>(1.409)</u>	<u>(176)</u>
	<u>2.242</u>	<u>27.791</u>		<u>763</u>	<u>9.449</u>

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetam os resultados dos exercícios, reconciliados com a alíquota nominal, são demonstrados como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	166.553	28.859
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(56.628)	(9.812)
Despesas indedutíveis		134
Constituição (realização) de IR/CSLL diferidos	12.077	7.107
Reversão de provisão para perda de ICMS	165	-
Reversão de outras provisões	(367)	319
Outras	<u>610</u>	<u>(1.905)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(44.143)</u>	<u>(4.157)</u>
Corrente	(35.457)	(11.264)
Diferido	<u>(8.686)</u>	<u>7.107</u>
	<u>(44.143)</u>	<u>(4.157)</u>

12 Tributos a pagar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
CSLL		
Devida no ano	9.547	2.990
Antecipada no ano	<u>(4.533)</u>	<u>(1.431)</u>
Saldo a pagar de CSLL em dezembro	<u>5.014</u>	<u>1.559</u>
IRPJ		
Devida no ano	25.910	8.280
Antecipada no ano	<u>(10.987)</u>	<u>(3.553)</u>
Saldo a pagar de IRPJ em dezembro	<u>14.923</u>	<u>4.727</u>
Outros tributos a pagar	<u>51</u>	<u>214</u>
	<u>19.988</u>	<u>6.500</u>

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Contingências e compromissos assumidos

Nas datas das demonstrações contábeis, a Sociedade apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	2014		2013	
	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão para contingências</u>
Dedutibilidade da depreciação referente ao IPC de jan/89	28.075	-	26.343	26.343
Diferencial de alíquota de incentivo à exportação	85	-	9.983	9.179
Dedutibilidade de depreciação da CM complementar	95	-	11.097	-
ICMS sobre demanda de energia elétrica	19.485	-	18.253	18.253
Encargos emergenciais de energia elétrica	3.955	3.008	3.681	3.681
PIS e COFINS sobre aplicações financeiras	2.935	-	2.706	-
PIS e COFINS s/ vendas para Vale	436	-	402	-
Outros	1.973	723	1.848	1.712
	<u>57.039</u>	<u>3.731</u>	<u>74.313</u>	<u>59.168</u>

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e seus valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

(a) Contingências com perdas possíveis

Adicionalmente, a Sociedade possui em 31 de dezembro 2014, o montante de R\$ 174.273 (2013 - R\$ 331.238), referentes a processos das naturezas acima citadas, que, conforme estimativas da administração, com base na posição de seus consultores foram classificadas com expectativa de perda possível, não requerendo a constituição de provisão para contingências.

As principais causas possíveis em 31 de dezembro estão descritas abaixo:

- (i) No período de 2006 a 2008, a Sociedade foi autuada pela Receita Federal do Brasil referente a cobrança de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de venda de pelotas com o fim de exportação. O valor atualizado dos referidos processos é de R\$ 154.967 (2013 - R\$268.561).
- (ii) A Sociedade atua na produção e venda de pelotas de minério de ferro aglomerados (pelotas) e não aglomerados (finos). De acordo com entendimento da Administração e seus assessores jurídicos, o minério de ferro não aglomerados (finos) é comercializado no mercado interno e já sofre a devida tributação. enquanto que o minério de ferro aglomerado (pelotas) é comercializado no mercado externo e, por isso, fica afastada a incidência de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de vendas de pelotas com o fim de exportação.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Naturezas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Trabalhistas e previdenciária	1.713	1.566
Tributárias	172.560	329.672
	<u>174.273</u>	<u>331.238</u>

(b) Movimentação de depósitos judiciais

	<u>2013</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Atualização monetária e juros</u>	<u>2014</u>
Dedutibilidade da depreciação referente ao IPC de janeiro de 1989	26.343	-	1.732	28.075
ICMS sobre demanda de energia elétrica	18.253	-	1.232	19.485
Diferencial de alíquota de incentivo à exportação	9.983	(10.150)	252	85
Dedutibilidade de depreciação da CM complementar	11.097	(11.282)	280	95
Encargos emergenciais de energia elétrica	3.681	-	274	3.955
PIS e COFINS sobre aplicações financeiras	2.706	-	229	2.935
PIS e COFINS s/vendas para Vale	402	-	33	435
Outros	1.848	-	126	1.974
	<u>74.313</u>	<u>(21.432)</u>	<u>4.158</u>	<u>57.039</u>

Em 2014, a Sociedade reconheceu a baixa nos depósitos judiciais devido a conversão em renda nos processos de diferencial de alíquota de incentivo de exportação e de dedutibilidade de depreciação da CM complementar no montante de R\$ 21.432.

(c) Movimentação da provisão para contingências

	<u>2013</u>	<u>Adições (Baixas)</u>	<u>Atualização monetária e juros</u>	<u>2014</u>
Dedutibilidade da depreciação referente ao IPC de janeiro de 1989	26.343	(26.343)	-	-
ICMS sobre demanda de energia elétrica	18.253	(18.253)	-	-
Diferencial de alíquota de incentivo à exportação	9.179	(9.498)	319	-
Encargos emergenciais de energia elétrica	3.681	(947)	274	3.008
Outros	1.712	(1.035)	46	723
	<u>59.168</u>	<u>(56.076)</u>	<u>639</u>	<u>3.731</u>

A partir dos relatórios de processos judiciais emitidos pela área jurídica, a sociedade vinha adotando estratégia de constituir provisões para contingências referentes a processos com prognósticos de “Perda Provável” e conservadoramente, também para processos com prognóstico de “Perda Possível” e “Perda Remota” que possuíam depósitos judiciais relevantes.

Após revisão dos critérios contábeis a diretoria aprovou a reversão das provisões com prognósticos de “Perda Possível” e “Perda Remota”.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	Quantidade de ações
Ações ordinárias nominativas sem valor nominal	
Acionista do país	651.073.140
Acionista do exterior	<u>625.540.860</u>
	<u>1.276.614.000</u>
Ações preferenciais nominativas sem valor nominal	
Acionista do país - Classe "A"	70.923.000
Acionista do exterior:	
Classe "B"	45.390.720
Classe "C"	<u>25.532.280</u>
	<u>141.846.000</u>
	<u>1.418.460.000</u>

As ações preferenciais Classes "A" e "B", juntamente com as ações ordinárias, têm direito a voto na eleição e na destituição de determinados membros da Diretoria. As ações preferenciais Classe "C", juntamente com as ações ordinárias, têm direito a voto exclusivamente sobre todas e quaisquer modificações do Estatuto, na aprovação das demonstrações contábeis e em todas as resoluções relacionadas com a destinação dos lucros, incluindo a distribuição dos dividendos. Todas as ações preferenciais gozam de prioridade no reembolso de capital e têm direito ao dividendo que for assegurado às ações ordinárias.

O capital do acionista domiciliado no exterior está registrado no Banco Central do Brasil por US\$ 9.075.493,20 (dólares norte-americanos) e €\$ 19.775.423,01 (euros).

(b) Dividendos propostos

Os acionistas têm direito de receber um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido do exercício, calculado conforme Estatuto Social da Sociedade.

Em 15 de abril de 2014, a Assembleia dos acionistas aprovou o pagamento de R\$ 24.702 a título de dividendos aos acionistas, relativo ao lucro do exercício de 2013.

Em 16 de janeiro de 2015, a Assembleia dos acionistas aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 70.000 provenientes da conta "Reserva para investimentos", a serem pagos até 31 de janeiro de 2015 na proporção da participação que cada acionista detém no capital social da Sociedade.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reservas de lucros

A reserva para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Sociedade, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 2014 e 2013 não foi destinado parte do lucro a constituição da reserva legal pois a mesma encontra-se no limite de 20% do capital social.

(d) Destinação do resultado do exercício

A administração propôs aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Origens		
Lucro líquido do exercício	<u>122.410</u>	<u>24.702</u>
Total das origens	<u>122.410</u>	<u>24.702</u>
Destinações		
Dividendos propostos	61.205	6.176
Reserva de dividendo adicional proposto	-	6.176
Reserva para investimentos	<u>61.205</u>	<u>12.350</u>
Total das destinações	<u>122.410</u>	<u>24.702</u>

15 Créditos fiscais de ICMS

Em maio de 2008, a Sociedade negociou parte dos créditos de ICMS ao acionista Vale com deságio de aproximadamente 30%. A Sociedade constitui provisão para perda com a não realização destes créditos, sem qualquer efeito tributário, devido as baixas perspectivas de recuperação plena dos mesmos.

A venda desses créditos de ICMS à Vale está amparada pela legislação do Estado do Espírito Santo e por contrato assinado entre as partes.

Adicionalmente, a Sociedade possui em 31 de dezembro de 2014 R\$ 607 (2013 - R\$ 1.065) de créditos de ICMS que ainda não foram negociados e que também se encontram totalmente provisionados em função da Sociedade não ter estimativa de recuperação desse saldo.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Arrendamento operacional

A usina da Itabasco foi arrendada pela Vale, sob um contrato de arrendamento operacional, com prazo de vigência a partir de 1º de outubro de 2008 a 31 de dezembro de 2018, pelo qual deverá pagar os seguintes valores: (i) parcela fixa anual de R\$ 27.714 em 2014 (2013 - R\$ 26.263) e (ii) uma parcela variável resultante da performance da Planta de Pelotização. Os valores totais envolvidos nos exercícios de 2014 e 2013 foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Parcela fixa	27.714	26.263
Parcela variável	<u>111.024</u>	<u>32.679</u>
	<u>138.738</u>	<u>58.942</u>

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o 3º aditivo ao contrato de arrendamento que modificou a partir de 2012 o cálculo da parcela fixa do arrendamento, que passou a ser calculado com base média da depreciação registrada nos três anos anteriores adicionado de 12% e dos PIS e COFINS.

Receita

A reconciliação da receita do arrendamento para a receita líquida é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita com arrendamento	138.738	58.942
Impostos sobre arrendamento	<u>(12.833)</u>	<u>(5.503)</u>
Receita líquida	<u>125.905</u>	<u>53.439</u>

17 Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reversão da provisão para contingências	56.076	242
Reversão de outras provisões	2.006	939
Reversão de provisão para perda de ICMS	463	-
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	(2.767)
Outras receitas (despesas)	<u>(30)</u>	<u>276</u>
	<u>58.515</u>	<u>(1.310)</u>

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Variações monetárias e cambiais ativas	4.158	6.661
Rendimento de aplicação financeira	<u>7.238</u>	<u>4.700</u>
	<u>11.396</u>	<u>11.361</u>
Variações monetárias e cambiais passivas	(639)	(5.250)
Juros e multas	(34)	(1.758)
IOF	(2)	(3)
Outros	<u>(182)</u>	<u>(374)</u>
	<u>(857)</u>	<u>(7.385)</u>
	<u>10.539</u>	<u>3.976</u>

19 Cobertura de seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possuía uma apólice de seguro contratada com terceiros, para cobertura de todos os riscos de danos materiais, inclusive quebra de máquinas e interrupção de produção e consequente perda de receita, sendo que o montante da cobertura corresponde a R\$ 2.109.548 (R\$ 1.900.635 em 2013).

As premissas de riscos adotados, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores.

20 Plano de suplementação de aposentadoria

Fundo de pensão - Valia

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Vale, de suas coligadas e de outras que venham a participar dos planos por ela administrados.

A Sociedade, junto à Vale e suas sociedades coligadas, é patrocinadora da Valia no plano de Contribuição Definida.

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contribuições das patrocinadoras ao plano Valia apresentam-se como segue:

- Contribuição ordinária - destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda. É idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação.
- Contribuição extraordinária - pode ser realizada em qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário por ocasião da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição especial - destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Sociedade efetuou contribuições ao plano Valia nos montantes de R\$ 421 e R\$ 396.

* * *

Armando Mauricio Max
Diretor Superintendente

Fernando Ramos Peres
Diretor

Fabio dos Santos Neves
Contador
CRC RJ 094292/O-6